

AS PROGRAMAÇÕES DO MÊS DA CRIANÇA: AMBIGUIDADE E PODER NA PARTICIPAÇÃO DOS BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS

FRANCINE ALMEIDA PORCIUNCULA BARBOSA¹; CAROLINA MACHADO CASTELLI; FRANCINE DE VARGAS DA SILVA²; ANA CRISTINA COLL DELGADO³

¹Universidade Federal de Pelotas – francine.porciuncula@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – m.carolinacastelli@gmail.com; Universidade Federal de Pelotas – francine.palitoo@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – anacoll@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho discute os resultados de uma investigação sobre a participação de crianças de berçários, nas programações do mês da criança numa escola infantil pública.

A tímida presença de investigações sobre crianças de até três anos nas ciências humanas e o pouco espaço dedicado ao trabalho com esse grupo etário nos cursos de formação de Pedagogia inspirou esta pesquisa.

Em boa parte da reduzida literatura dedicada aos bebês, encontramos uma provocação: eles se comunicam de diferentes maneiras, o que provavelmente explique as razões que tornam o trabalho realizado nos berçários desvalorizado, tendo em vista a importância atribuída na cultura escolar à leitura, escrita e linguagem verbal.

Como estamos profundamente interessadas no trabalho de cuidado e educação que é realizado nos berçários, também temos aprendido que precisamos observar e escutar mais os bebês, bem como os adultos que passam boa parte do tempo com eles. GOTTLIEB (2009, p. 322-323) observa que nós privilegiamos os sistemas racionais do pensamento sobre outros modos de experimentação da vida e precisamos prestar atenção, observar, escutar sons, gestos, choros, risos, ou seja, desenvolver uma percepção de outras formas de expressão que são como textos a serem lidos, mas que necessitam de um novo conjunto de lentes.

Este trabalho pretende contribuir com a visibilidade dos bebês e crianças pequenas nas pesquisas e nas escolas infantis, sendo que os Estudos da Infância nos inspiram a pensar nelas como pessoas com agência nas suas relações sociais.

O principal objetivo da pesquisa foi compreender como os bebês e crianças bem pequenas participam das comemorações do mês da criança e se seus direitos de expressão e participação são reconhecidos no planejamento e desenvolvimento dos festejos.

2. METODOLOGIA

A investigação pode ser caracterizada como um estudo de inspiração etnográfica com crianças, cuja geração dos dados iniciou em março de 2010 e foi concluída em novembro de 2011. A escola infantil selecionada para o estudo é municipal, localizada em um bairro popular de uma cidade portuária ao sul do Rio Grande do Sul.

Os instrumentos metodológicos utilizados no transcorrer da pesquisa foram: observação participante com notas em diários de campo, entrevistas com

profissionais da escola infantil, filmagens dos bebês e crianças bem pequenas nos festejos e fotografias produzidas por eles no ano de 2011, além das conversas sobre suas fotografias. Porém, as análises aqui discutidas incluem apenas uma parte dos dados empíricos: diários de campo, transcrições das filmagens com as crianças e entrevistas realizadas com professoras e coordenadoras pedagógicas da escola infantil.

Tendo como embasamento teórico para tal metodologia os estudos de GRAUE e WALSH (2003, P. 98) sobre investigação etnográfica com crianças, concordamos quando dizem que “o investigador não é a única pessoa a tomar decisões sobre posições e papéis. Os participantes também tomam e retomam decisões à medida que vão conhecendo melhor a situação e se apercebem de vantagens e dificuldades que no início não eram visíveis”.

Portanto, decisões e papéis assumidos pelos participantes da pesquisa durante todo o processo foram respeitados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O dia 12 de outubro é uma data comemorativa cada vez mais associada à mídia, ao consumo, à indústria cultural e ao mercado destinado às crianças. Atualmente, os festejos do dia da criança são amplamente comemorados nas escolas infantis e em eventos promovidos nos municípios brasileiros.

É inegável que ocorre maior controle da diversão e do movimento dos bebês nos festejos do mês da criança, principalmente porque não dominar a comunicação verbal e não caminhar representa uma limitação para os adultos que organizam os eventos e cuidam/educam das crianças desde o berçário I até a turma pré-escolar. O receio de que as crianças dos berçários se machuquem, aliado aos limites espaciais e materiais, algo que deveria ser pensado no planejamento e arquitetura das escolas – pois bebês necessitam de espaço e liberdade de movimentos – foi expresso nos depoimentos das professoras.

Alguns pontos destacados refletem realidades que os bebês e as crianças bem pequenas têm vivenciado na escola e na vida na comunidade: a maioria das atividades são pensadas e destinadas para as crianças maiores, assim como brinquedos em praças, móveis e demais materiais, ou estão em péssimo estado de conservação, ou são inexistentes. Além disso, fica evidente a pouca preocupação quanto ao planejamento para/com bebês.

Além de circularem em uma quantidade menor de espaços e com maior restrição de movimentos corporais, há situações em que os bebês são privados em termos de participação ativa, cabendo a eles o papel de assistentes, o que revela certas concepções sociais sobre o papel e a agência dos bebês e das crianças bem pequenas.

Portanto, nós entendemos que as formas de participação não acontecem de forma hegemônica. As crianças estabelecem estratégias e criação de vínculos entre elas e adultos que consistem em formas de negociação, aceitação, estabelecimento de papéis através de interações nas quais são vivenciadas diferentes formas de participação e relações de poder, que, por sua vez, são marcadas por ambigüidades.

Adultos e crianças maiores parecem esperar que as crianças dos berçários se comportem como assistentes passivos. Enfileirados nos carrinhos, ou sentados em colchonetes, para os bebês as festas parecem adquirir outros sentidos, não sendo apenas diversão e deleite. O descontentamento com uma participação passiva, com pouca ou nenhuma mobilidade corporal e sem possibilidades de

escolha, as disputas e conflitos com crianças maiores e adultos, demonstram que as comemorações da infância nem sempre garantem os direitos de expressão, os desejos e a participação das crianças dos berçários.

Nas suas ações de resistência, algumas crianças exploram espaços e negociam formas de participação inesperadas pelos adultos. De certa forma, elas transformam a organização das programações, bem como manifestam seus desejos e as singularidades dos seus modos de expressão.

Destacamos que, em meio às restrições e contenções vividas pelas crianças dos berçários nas programações do mês da criança, o lúdico, o simbólico e a resistência ao que é rotineiro, de certa forma, aproximam adultos e crianças. Isso pode ser afirmado, porque nas diferentes programações, há maior espaço para a entrada dos desejos e desvios nas relações estabelecidas entre adultos e crianças, estes mais próximos em termos de comportamentos que subvertem a ordem do dia a dia. O espaço para o imprevisto é maior, numa relação forte com o consumo de doces e refrigerantes, nas fantasias, na experimentação dos brinquedos infláveis e nos eventos artístico-culturais. O fato é que há uma relação de ambiguidade entre a abundância e diversidade das programações do mês da criança e a rotinização (BARBOSA, 2000) vivida nos demais dias letivos.

Nesse sentido, ainda que os bebês e crianças bem pequenas não exerçam seu direito de protagonismo no planejamento e nas experiências vividas no mês da criança, eles participam, com atos de resistência, frente ao papel de espectadores passivos frequentemente esperado pelos adultos ou pelas crianças maiores.

Portanto, afirmar que as crianças dos berçários jamais tiveram seus direitos de participação garantidos é temerário, pois GRAHAM e FITZGERALD (2010) advertem que a construção da participação não é um ato como dar ou tirar poder, por parte dos adultos.

Percebemos, pois, que nos festejos, os adultos procuram representar uma infância redentora, inocente, festiva, que somente brinca, que consome, enfim, uma ideia de infância que omite a pluralidade das infâncias e as diferenças observadas nas formas como as crianças participam dos festejos.

Por outro lado, o movimento dos adultos de planejar uma diversidade de programações também pode indicar um reencontro com a infância, para além de um período da vida humana que começa no nascimento e termina na puberdade. Algumas questões se apresentam: Para quem são os festejos? Para as crianças, ou para manter uma representação da sociedade sobre a infância? Ou para garantir dias mais relaxados frente à repetição das rotinas dos outros dias letivos? Nos festejos dedicados à infância e na forma como eles são planejados, será que os adultos apenas controlam os desejos, as distrações, o lúdico e a imaginação das crianças?

Não percebemos que ocorra apenas controle e regulação, pois bebês e crianças bem pequenas são um grupo social heterogêneo, portadores e produtores de culturas e não somente sujeitos de aprendizagem e espectadores passivos. Nas observações e filmagens, constatamos que as crianças observam as ações, reações e distrações dos adultos a fim de garantir a liberação e expressão das suas forças do desejo.

Abre-se o debate para formas mais efetivas e de qualidade de participação das crianças. Que sejam ouvidas, mesmo quando ainda comunicam-se somente com linguagens corporais, que sejam respeitadas suas vontades, suas necessidades e seus anseios e que sejam abertos mais espaços justos de participação das crianças nas realidades das quais fazem parte e recriam.

4. CONCLUSÕES

Entendemos que é possível pensar numa escola infantil das crianças, um lugar acolhedor das suas culturas. Mas também precisamos de uma imagem potente de professora, como a das crianças: forte, competente, curiosa, ativa e protagonista (MOSS, 2009, p. 19-22). FORTUNATI (2009) ainda ressalta que precisamos de adultos que arrisquem a experimentar de maneira construtiva, contextualizada, específica e singular, uma atitude reflexiva e política naquilo que vivem junto às crianças.

Para finalizar, os resultados da pesquisa confirmam que precisamos encontrar formas de superação da ideia de participação infantil como diminuição do poder e tutela dos adultos (TOMÁS, 2007, p. 27) sobre as crianças, o que pode explicar as razões que fazem das comemorações da semana da criança, algo ainda pensado e criado somente por adultos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. C. **Por Amor & Por Força: Rotinas na educação infantil**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

FORTUNATI, A. **A educação infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família: a experiência de San Miniato**. Porto Alegre, Artmed, 2009. 200 p.

GOTTLIEB, A. **Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores)**. Psicologia USP, 2009. 20(3): 313-336.

GRAHAN, A.; FITZGERALD. **O progresso da participação das crianças: explorando o potencial de uma atitude dialógica**. Childhood, 2010. 17(3): 343–359.

GRAUE, E.; WALSH, D. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 313 p.

MOSS, P. Prefácio à edição inglesa. *In*: FORTUNATI, A. **A educação infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família: a experiência de San Miniato**. Porto Alegre, Artmed, 2009. p. 19 - 22.

TOMÁS, C. **Participação não tem idade. Participação das crianças e cidadania da infância**. Revista Contexto & Educação, Brasil: 45:68. 2007.